



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 3/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM UM DE FEVEREIRO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE:-----

-----Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----Não esteve presente na reunião a Vereadora Dr.ª. Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos, eleito pelo PPD/PSD por motivo profissional, tendo a Câmara considerado justificada a falta.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pela pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Parda Marques.

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 19/01/2017, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação o Vereador Dr. Acácio Fonseca Fernandes, eleito pelo PS, uma vez que não esteve presente na Reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 21 referente ao dia 31/01/2017 que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E COESÃO:-----

-----Foi presente a comunicação referencia 240, de 23/01/2017, do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, dando conhecimento e remetendo em anexo a Deliberação nº. 6/2017 da Comissão Interministerial de Coordenação CIC do Portugal 2020, de 11/01/2016 que determinou o alargamento do prazo para o próximo 15 de fevereiro para os Municípios poderem apresentar os comprovantes que lhes permitam beneficiar a majoração de apoios de Acelerador de Investimento. Esperando assim poder propiciar a um maior número de municípios a oportunidade de obter um acréscimo de financiamento do Portugal 2020 para a concretização da política de desenvolvimento urbano nos seus territórios.-----

-----Sendo assim o teor da Deliberação nº. 6/2017 da Comissão Interministerial de Coordenação CIC do Portugal 2020:-----

-----“ A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria –CIC Portugal 2020, na reunião ordinária de 2 de novembro de 2016, através da Deliberação nº. 21/2016, aprovou o modelo de operacionalização do Acelerador de Investimento Municipal.-----

-----Através do referido modelo foram estabelecidas taxas de majoração na dotação contratada no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e dos Planos Estratégicos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Desenvolvimento Urbano (PEDU).-----

-----O acesso à taxa de majoração de 10% prevista na mencionada deliberação, ocorre quando se encontre aprovada, pelo menos, uma operação PARU ou PEDU e a submissão de pedidos de pagamento, que devem perfazer 15% de despesa elegível de uma operação, tenha lugar até 31 de dezembro de 2016.-----

-----Constata-se, contudo, que algumas das operações abrangidas pela Deliberação nº.21/2016 viram a sua execução condicionada à aprovação dos respetivo PARU e PEDU, circunstancia que inibiu a submissão atempada dos correspondentes pedidos de pagamento até 31 de dezembro de 2016.-----

-----Neste enquadramento, a CIC Portugal 2020, na reunião ordinária de 11 de janeiro de 2017, deliberou, nos termos da alínea a), do nº. 2 do artigo 10º. do Decreto-Lei nº. 137/2014, de 12 de setembro:-----

-----1.-Alterar o ponto b1. Da deliberação nº. 21/2016, de 2 de novembro de 2016, o qual passa a ter a seguinte redação: -----

-----“b1. Acesso a taxa de majoração de 10%, se a submissão de pedidos de pagamento ocorrer até 15 de fevereiro de 2017”.-----

-----2.-A presente deliberação produz efeitos a 2 de novembro de 2016.”-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-MAIS CENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO:-----

-----Foi presente o ofício referência 62/17, de 12/01/2017, do Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro através do qual informa que procedeu naquela data ao encerramento do investimento associação ao projeto “Infra –Estruturas Rodoviárias do Loteamento da Área da Cerâmica, candidatura :MOU _211_15_004_4929, ID:53078.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:-----

5.1.1.- Comparticipação de Manuais Escolares:-----

5.1.1.1.-Indeferimento Processo nº. 228/2016:-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Vera Lúcia Mendes Cardoso através do ofício 6603, de 20/12/2016, da decisão aprovado na Reunião de Câmara de 07/12/2016, relativamente à decisão definitiva de indeferimento do processo nº. 228 de comparticipação de manuais escolares para o 1º. CEB, por não cumprir o prazo para apresentação do pedido de atribuição conforme deliberação tomada na Reunião de Câmara de 17/08/2016 e publicitado através do Edital nº. 64/2016, de 18 de agosto de 2016, foi presente a informação dos serviços administrativos datada de 26/12/2016, a informar que considerando que não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação, e tendo terminado o prazo em 06/01/2017 para esse efeito, deverá o assunto ser presente à Reunião de Câmara para arquivamento do processo.-----

-----A Câmara depois de apreciado deliberou por unanimidade arquivar o processo.-----

5.1.1.2.-Indeferimento Processo nº. 229/2016:-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Alice Lopes através do ofício 6602, de 20/12/2016, da decisão aprovado na Reunião de Câmara de 07/12/2016, relativamente à decisão definitiva de indeferimento do processo nº. 229 de comparticipação de manuais escolares para o 1º. CEB, por não cumprir o prazo para apresentação do pedido de atribuição conforme deliberação tomada na Reunião de Câmara de 17/08/2016, por não cumprir o prazo para apresentação do pedido de atribuição conforme deliberação tomada na Reunião de Câmara de 17/08/2016 e publicitado através do Edital nº. 64/2016, de 18 de agosto de 2016, foi presente a informação dos serviços administrativos datada de 26/12/2016, a informar que considerando que não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação, e tendo terminado o prazo em 06/01/2017 para esse efeito, deverá o assunto ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

presente à Reunião de Câmara para arquivamento do processo.-----

-----A Câmara depois de apreciado deliberou por unanimidade arquivar o processo.-----

5.2.-ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MORTÁGUA:-----

5.2.1.-Apoio ao Funcionamento do Ensino Pré-Escolar e 1º. Ciclo do Ensino Básico:-----

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

5.2.2.-Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mortágua – Apoio a viagem de fim de curso:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta datada de 3 de novembro de 2016, da Comissão de Finalistas da Escola Secundária Dr. João Lopes de Moraes, solicitando a atribuição de um subsídio para apoio à sua viagem de fim de curso.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio de mil euros (1.000,00 €) através da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mortágua, para compartilhar as despesas dos alunos mais carenciados.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 04050108, estando inscrito nas Opções do Plano com o projeto 2017/5002.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

5.3.- JUVENTUDE:-----

5.3.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----

5.3.1.1.-Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº.1, 3, 4, 5 de 2017 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que deram entraram nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.3.1.1.-Indeferimento do processo nº. 40/2016:-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Bihua Wang através do ofício 6604, de 20/12/2016, relativa ao projeto de indeferimento tomado na Reunião de Câmara de 7/12/2016 sobre o processo nº. 40/2016 de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, por não cumprir a alínea h), do artigo 4º. – Apresentação do Pedido de Atribuição do Incentivo –, do Regulamento, ou seja, não ter apresentado o cartão de cidadão da criança, foi presente a informação dos serviços administrativos datada de 30/1/2017 a informar que terminou, em 23/12/2016, o prazo do período de audiência prévia para requerente se pronunciar nos termos do CPA, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na reunião de Câmara de 7/12/2016 em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao requerente e posterior arquivamento do processo.-----

6.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

6.1.- BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL DA GANDARADA:-----

6.1.1.- Pedido de Recalculo de Renda do T2, 2º.Dtº. lote 8:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município, datada de 26 de janeiro findo, em que informa que no cumprimento da Gestão Social do Bairro da Gandarada, atendeu duas das filhas do arrendatário, do T2, lote 8, Fração E, 2º. Dtº. Manuel Lourenço, em que solicitaram o recalculo da renda em consequência da variação negativa de rendimentos por morte de um dos elementos do agregado familiar.-----

-----Verificados, documentalmente, os requisitos que determinam a revisão da renda nos termos do cumprimento do disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 23º. da Lei nº. 32/2016, de 24 de agosto, procedeu ao recalculo da renda a qual se cifrou em onze euros e sessenta e quatro centimos (11, 64€), nos termos do aludido enquadramento legal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, tendo em consideração as deliberações tomadas em reunião de Câmara no que concerne à definição do valor da renda mínima e da renda máxima, o valor da renda a pagar é de quarenta e sete euros e trinta cêntimos (47,30 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o valor da renda proposta de quarenta e sete euros e trinta cêntimos (47,30 €), por mês de acordo com a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município.-----

6.1.2.-Pedido de Recalculo de Renda do T2, 1º. Dtº. Fração C, Lote 6:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 09/01/2017, de Albano Rodrigues Martins Antunes, arrendatário do Bairro de Habitação Social da Gandarada, Fogo T2, Lote 6, 1º.Dt, Fração C, a solicitar o reajustamento ao valor da renda a pagar, alegando que a situação do sócio-económica do seu agregado familiar se alterou em consequência da diminuição de rendimentos por desemprego e descoabitação.-----

-----O processo foi instruído com a informação da Técnica dos Serviços de Ação Social que conclui que os factos invocados justificam o pedido uma vez os rendimentos da família diminuíram, e que verificados, documentalmente, os requisitos que determinam a revisão da renda nos termos do cumprimento do disposto na alínea a), do nº.1, do artigo 23º. da Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, procedeu ao recalculo da renda a qual se cifrou em vinte e cinco euros e dois cêntimos (25,02 €), nos termos do aludido enquadramento legal.-----

-----Assim, tendo em consideração as deliberações tomadas na reunião de Câmara no que concerne à definição do valor da Renda Mínima e da Renda Máxima, o valor da renda a pagar é de quarenta e sete euros e trinta cêntimos (47,30 €).-----

-----A Câmara ,depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o valor da renda proposta de quarenta e sete euros e trinta cêntimos (47,30 €), por mês de acordo com a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.2.-PLANEAMENTO URBANISTICO:-----

6.2.1.-Pedido de autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual, para a renovação do contrato de aquisição de serviços de elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) para a Execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Vale de Acores e Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 15/03/2016 foi autorizado, respetivamente, a decisão de contratar e a adjudicação do procedimento por ajuste direto para a prestação de Serviços de elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana PERU para a execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Vale de Acores e Mortágua, à empresa ARESTA – Projectos, Consultadoria e Formação, Lda. -----

-----No seguimento da tramitação do processo a referida adjudicação foi contratualizada em 22/03/2016 foi efetuada de acordo com a respetiva proposta, pelo prazo de 120 dias, e a assunção do compromisso no montante de 19.065,00 €, já com IVA, foi realizada da seguinte forma:-----

-----a) 25% com a entrega da fase de enquadramento e caracterização da área de intervenção – 4.766,25 €;-----

-----b) 30% com a entrega da versão final do PERU - 5.719,50 €;-----

-----c) 40% com a aprovação da versão final do PERU - 7.626,00 €;-----

-----d) 5% com a aprovação do programa pela Assembleia Municipal – 953,25 €.-----

-----A despesa no valor de 19.065,00 €, já com IVA, foi compromissada no orçamento de 2016 sob o número sequencial 14250, na classificação 070115.-----

-----Conforme o previsto no Caderno de Encargos (alínea d) da cláusula 9ª. – Obrigações do adjudicatário) que serviu de base ao procedimento e contrato elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana PERU para a execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Vale de Acores e Mortágua, a empresa solicitou, em 15/07/2016, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

prorrogação de prazo de entrega das fases subsequentes do PERU para Dezembro de 2016, justificando tal necessidade pelos seguintes factores:-----

-----a) *A 1ª. fase dos trabalhos previstos em sede de PERU (Enquadramento e Caracterização da área de Intervenção) serviu de input para a consolidação do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) de Mortágua. Por razões de articulação e coerência entre ambos os processos, existiu a necessidade de alargar de forma a integrar os contributos do PARU no processo PERU;*-----

-----b) *Para a entrega da 2ª. Fase dos trabalhos (versão previa do PERU) foi necessário concertar com a Câmara Municipal, em definitivo, quais as ações e prioridades a considerar. Este processo, embora entendido como fulcral para o correto desenvolvimento dos trabalhos, exigiu uma paragem no processo.*-----

-----De acordo com a informação do Chefe da DCTSU que considerou justificável o fundamento do pedido, foi por meu despacho de 15/06/2016, prorrogado até 31/12/2016 o contrato da referida prestação de serviços.-----

-----Em 5/01/2017 a empresa ARESTA – Projectos, Consultadoria e Formação, Lda. veio solicitar segunda prorrogação de prazo até ao final de dezembro de 2017, decorrendo tal necessidade de:-----

-----a) Para a entrega da 3ª. fase dos trabalhos (versão final do PERU) foi necessário concertar com a Câmara Municipal, em definitivo, quais os valores de investimento a associar às ações consideradas na versão prévia do PERU. Este processo, fundamental para o correto desenvolvimento dos trabalhos exigiu uma “paragem” no processo.-----

-----b) Surgiram alterações decorrentes da exclusão de algumas ações (por integração em outras ou por terem sido entretanto executadas) que obrigaram à reconfiguração do documento;-----

-----c) Surgiu também a necessidade de integrar e fundamentar uma nova ação representando, naturalmente, uma nova alteração ao documento;-----

-----d) Esta fase integra o desenvolvimento de esquemas funcionais que se sustentam



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

fundamentalmente, em base cartográfica disponibilizada. A escala e qualidade da cartografia disponibilizada, em função da especificidade associada ao projeto, exigiu um esforço substancial na preparação da mesma e no desenvolvimento dos referidos esquemas. Esta situação teve consequências no prazo estabelecido para a execução desta fase.-----

-----Considerando informação DCTSU que conclui que o pedido de prorrogação do prazo de entrega da versão final do PERU poderá ser deferido, dado ser necessário definir ações e prioridades com a CMM e a eventual necessidade de concertar procedimentos com entidades externas à autarquia por forma a candidatar as ações propostas a programas comunitários.-----

-----Considerando assim que os motivos invocados não podem ser imputados ao adjudicatário e que os contratos de aquisição de serviços podem ter a duração máxima de três anos incluindo prorrogações (artº. 440º. Conjugado com o artº. 451º. Ambos do CCP). -----

-----Qualquer alteração à deliberação inicial deve ser aprovada pela mesma entidade.-----

-----Assim, será necessário previamente à decisão de prorrogação do prazo solicitado proceder à alteração da repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal. O montante de 8.579,25 €, deverá integrar o compromisso de 2017.-----

-----Esta despesa tem enquadramento na código 070115 do Orçamento Municipal.-----

-----Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere ao abrigo da alínea dd) do nº 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, submeter à Assembleia Municipal que conceda autorização para a repartição de encargos do contrato inerente aos compromissos subjacentes para o compromisso plurianual para o ano de 2017 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2016 – 10.485,75 €;-----

-----Ano de 2017- 8.579,25 €.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

7.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

7.1.1.-Aprovação da Minuta do Contrato de Adjudicação por Concurso Público da Empreitada de da 2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Minuta do Contrato:-----

-----O Senhor Presidente informou que a Câmara deliberou na Reunião ordinária realizada em 19 de janeiro de 2017 adjudicar a empreitada supra, à firma Socitop, Unipessoal, Lda. pelo valor de seiscentos e trinta e oito mil seiscentos e dez euros e oitenta e dois cêntimos (638.610,82 €), acrescido de IVA, e, nessa sequência, nos termos do nº. 1 do artigo 98º. do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, como a celebração do contrato implica a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal, depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.-----

-----Assim, verificando-se que o adjudicatário comprovou a celebração de uma caução, em 31/01/2017, no valor trinta e um mil novecentos e trinta euros e cinquenta e quatro euros (31.930,54 €), através de Garantia Bancária nº. 0516.006203.593, assumida pela Caixa Geral de Depósitos, para garantir a celebração do Contrato acima citado, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (art. 88.º e 98.º nº 1 do DL n.º 18/2008, de 29/1), foi presente pelo Senhor Presidente a respetiva minuta do contrato para efeitos de aprovação pela Câmara.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a Minuta do Contrato de Empreitada por Concurso Público para: Execução da 2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, pelo valor de seiscentos e trinta e oito mil seiscentos e dez euros e oitenta e dois cêntimos (638.610,82€), acrescido de IVA adjudicada à firma Socitop, Unipessoal, Lda..-----

7.1.2.- Aquisição de Terreno a Herdº.s de Tomas de Oliveira Lino:-----

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.2.-ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL:-----

7.2.1.-Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – Quota de 2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o documento nº.6, datado de 06/01/2017 da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, referente à quota deste Município do ano de 2017 no montante de sete mil setecentos e vinte e sete euros (7.727,00 €).-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder ao pagamento da quota.-----

8.-ADMINISTRAÇÃO:-----

8.1.-LEI Nº.8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (LEI DOS COMPROMISSOS DOS PAGAMENTOS E COMPROMISSOS EM ATRASO- DECLARAÇÕES:-----

-----Considerando a Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração à Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA).-----

-----Considerando as alíneas a) e b) do nº. 1 do artigo 15º. da LCPA, devem os dirigentes das entidades declarar que todos os compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos (estes referentes às receitas fiscais) em atraso, existentes a 31 de dezembro de 2016, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade.-----

-----Em cumprimento das alíneas a) e b) do nº.1 do artigo 15º. da LCPA foram presentes:-----

----- Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2016;-----

-----Declaração de pagamentos e recebimentos em atraso em 31/12/2016.-----

-----O Senhor Presidente informou que em cumprimento do nº. 2 do citado artigo foram remetidas as aludidas declaração à Assembleia Municipal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

8.2.-CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – Lei nº. 42/2016, de 28 de dezembro:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi nos termos e para efeitos do nº.4, do artigo 49 da Lei nº. 42/2016, de 28 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado, presente a relação dos encargos com a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, no período de 2 e 31 de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

janeiro de 2017.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

8.3.-PROPOSTA PARA QUE O MUNICÍPIO INTEGRE A CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2:-----

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente a proposta do teor seguinte:-----

-----“ A Estrada Nacional 2 (EN2) atravessa todo o território nacional de norte a sul, com cerca de 740 kms é a estrada de maior extensão do país, inicia-se em Chaves e termina em Faro. Atravessa 11 distritos e 36 concelhos, sendo a única estrada nacional com estas características.-----

-----Com o objetivo de aproveitar todas as potencialidades da EN2 ao nível económico, turístico e cultural valorizando a dinamizando as localidades que a mesma abrange foi constituída a “Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2”.-----

-----1.-OBJETIVO DA PROPOSTA:-----

-----A presente proposta visa a adesão do Município de Mortágua e a aprovação dos Estatutos da “Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2”, que seguem em anexo.-----

-----2.-ANTECEDENTES E ENQUADRAMENTO:-----

-----No dia 7 de Novembro de 2015, foi assinado por 12 municípios, em Santa Marta de Penaguião, um protocolo de intenções de constituição de uma associação (cuja cópia se junta também em anexo) que integrasse o conjunto dos municípios atravessados pela Estrada Nacional 2.-----

-----Este projeto, estruturado em torno da herança das dinâmicas socioeconómicas e culturais induzidas pela Estrada Nacional nº 2 ao longo dos territórios concelhios que atravessa de norte a sul do país (desde Chaves a Faro) visa alavancar a economia ligada ao turismo destes mesmos territórios.-----

-----Neste contexto em 5 de novembro de 2016, foi celebrada a escritura da constituição da Associação “Rota da Estrada Nacional 2”.-----

-----O Município de Mortágua foi posteriormente contactado e convidado para formalização



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de adesão ao projeto designado por “Rota da Estrada Nacional 2”.-----

-----Dado o âmbito do projeto em questão, cuja descrição detalhada se faz nos pontos seguintes, o município de Mortágua manifestou vontade de adesão ao mesmo, tendo sido convocado para participar em reuniões de trabalho. -----

-----3.-CARATERÍSTICAS DA ASSOCIAÇÃO E DO PROJETO :-----

-----DA ASSOCIAÇÃO:-----

-----A Associação da Rota Estrada Nacional 2 é já composta por 29 Municípios, nomeadamente: Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Lamego, Castro D’aire, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã, Góis, Pedrogão Grande, Sertã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sor, Mora, Montemor-o-Novo, Alcácer do Sal, Aljustrel, Castro Verde, Almodôvar, São Brás de Alportel Loulé e Faro.- -----

-----A associação em questão tem como fim principal o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios atravessados pela antiga Estrada Nacional nº 2.-----

-----Complementarmente, para além destes fins, poderá desenvolver projetos comuns com outras associações/entidades e submeter candidaturas a fundos estruturais de financiamento, que visem a valorização da Rota.-----

-----DO PROJETO ROTA DA EN2:-----

-----O Projeto da Rota da EN2, conforme anteriormente exposto, visa substancialmente a promoção de todo um território, que terá como ponto comum a presença do traçado da referida via, que atravessa o país de norte a sul, dando a possibilidade a quem a percorre de vivenciar especificidades socioculturais de cada região.-----

-----Neste âmbito, este projeto visa, assim, a prossecução dos seguintes objetivos:-----

-----• Valorização do potencial endógeno das cidades atravessadas pela EN2, projetando esta realidade para cada região, num país culturalmente rico e diferenciado na sua identidade histórica e patrimonial; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

- Promoção, valorização e inovação das potencialidades da EN2, tornando-a num motor de desenvolvimento dos concelhos e de eixo aglutinador e complementar de outros sectores e/ou atividades;-----
- Dinamização da EN2, em cooperação com entidades externas, além dos Municípios, que tragam mais-valias ao projeto.-----
- Acredita-se que a identificação do potencial da Rota da EN2, a funcionar em todo o território português, gerará inúmeras vantagens a nível local (de cada Concelho) e global (do País), nomeadamente:-----
- O crescimento do turismo de estrada convergente;-----
- O aumento das sinergias turísticas; -----
- O convite ao visitante e turista a "consumir" o território; -----
- À contribuição para diversificação da economia; -----
- À Promoção dos produtos endógenos (vinho, restauração, produtos regionais, alojamento, etc.).-----
- À Promoção da relação, sempre tão isolada, entre os Municípios, num objetivo comum.
- Também é expectável que, a adesão do Município de Mortágua a esta Associação, para além da partilha de projetos comuns, poderá induzir:-----
- Um aumento do nº de visitantes, gerando mais receitas para o território;-----
- Um aumento probabilidades de novos projetos públicos e privados em parceria;-----
- A diminuição dos efeitos da sazonalidade turística no território;-----
- O aumento de investimentos e promoção de novas oportunidades de negócio.-----
- 4. DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA EN2 SUJEITOS A APROVAÇÃO:-----
- Os estatutos da Associação de Municípios da Rota Nacional 2, se pretende aprovar sob foram constituídos de forma a salvaguardar e proteger os municípios aderentes ao projeto, tendo sido delineadas sob as diretrizes atuais da organização municipal, sob os parâmetros legais de forma a proteger os respetivos executivos. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----5. PROPOSTA DE DECISÃO:-----

-----Considerando que o Município de Mortágua é um dos 36 municípios integrado na “Rota da Estrada Nacional 2”; -----

-----Considerando que a escritura de constituição, assinado em 5 de novembro de 2016, teve como objetivo a criação de uma associação de municípios, que possa a vir a assumir os trabalhos de integração e coordenação dos vários desafios que se apresentam no âmbito do desenvolvimento turístico, promoção económica e cultural dos municípios que são atravessados pela EN2;-----

-----Considerando que, constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo aqueles de atribuições, designadamente, nos domínios dos transportes e comunicações, da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território (cfr nº 1 e alíneas c), m) e n) do nº 2 do artigo 23º do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro);-----

-----Nos termos do nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, adiante designado RJAEL, as associações de direito privado constituídas por municípios devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se nas suas atribuições;-----

-----A natureza jurídica da associação é definida como uma associação de direito público de fins específicos, pois a atividade que se pretende desenvolver é de inegável interesse publico;---

-----De acordo com o previsto nas disposições conjugadas da alínea n) do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e nº 1 do artigo 53.º, aplicável por remissão do nº 3 do artigo 56.º, ambos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a competência para aprovar a participação do Município nas entidades previstas no Capítulo V da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, nas quais se incluem as associações, é da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

-----Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 53º, por remissão do nº 3 do artigo 56º, ambos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do RJAE, e da alínea n) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete ao órgão Assembleia Municipal, sob proposta do órgão Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição e adesão a uma associação de direito privado; -----

-----Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de:-----

-----a) Apresentar proposta para que o Município adira à constituição da Associação de Municípios ROTA DA ESTRADA NACIONAL EN2;-----

-----b) Fazer acompanhar tal proposta dos Estatutos da Associação, para apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta e remeter a mesma à apreciação da Assembleia Municipal da Mortágua, uma vez que de acordo com o previsto nas disposições conjugadas da alínea n) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 1 do artigo 53.º, aplicável por remissão do n.º 3 do artigo 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a competência para aprovar a participação do Município nas entidades previstas no Capítulo V da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nas quais se incluem as associações, é da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.-----

-----Os Estatutos da Associação ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas.-----

9.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

9.1.-PROCº. Nº. 05/2016/4 DE ALTERAÇÃO DE CAMINHO, NA RUA DA GANDARADA, VILA MEÃ, FREGUESIA DO SOBRAL:-----

-----Foi presente o processo nº. 05/2016/4 em nome de Rosa Isabel Moreira Martins, residente na Av. Dr. José Assis e Santos, nº.14, 3º. Frente, Freguesia de Mortágua, e Nuno Miguel dos Santos, residente na Rua do Soito, nº.7, Vila Gosendo, Freguesia do Sobral em que na qualidade de proprietários dos prédios confinantes do prédio rústico 20087 e urbano nº.2232, da freguesia do Sobral, situados na Rua da Gandarada, na localidade da Carrapata, freguesia do Sobral, descritos na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o nº. 107 e nº. 6440, respetivamente, requerem a alteração da localização de Caminho, com seis (6) metros de largura na Rua da Gandarada, Vila Meã, Freguesia de Mortágua, confinante com o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

citados prédios, e que tem em vista a modificação da implantação de muros e a largura do mesmo para cinco (5) metros.-----

-----Tendo surgido dúvidas quanto à natureza pública ou privada do caminho foi presente o parecer do assessor jurídico do município, datado de 05/01/2017, que a seguir se transcreve:--

-----“ Assunto: Dúvidas quanto à natureza pública ou privada do caminho situado junto da Rua da Gandarada, confinante com os prédios pertencentes a Rosa Isabel Moreira Martins, residente em Mortágua e a Nuno Miguel dos Santos residente em Vila Gosendo.-----

-----Parecer: -----

-----Rosa Isabel Moreira Martins e Nuno Miguel dos Santos vieram requerer a alteração da largura de um caminho situado em área não abrangida por operação de loteamento.-----

-----Face ao pedido formulado, a Camara Municipal, em reunião ordinária de 7/12/2016, deliberou solicitar parecer sobre a natureza do caminho situado junto da Rua da Gandarada, confinante com os prédios pertencentes a Rosa Isabel Moreira Martins, residente em Mortágua e a Nuno Miguel dos Santos residente em Vila Gosendo.-----

-----Para uma tomada de decisão sobre o requerimento apresentado, haverá que verificar a natureza pública ou privada do dito caminho, sendo que apenas a natureza pública do caminho permite a intervenção no que diz respeito à pretensão dos requerentes de verem autorizada a alteração da implantação dos muros confinantes com a via e em consequência verem reduzida a largura do caminho de 6 para 5 metros.-----

-----Assim, haverá que analisar qual a natureza do caminho em questão.-----

-----“...Nos termos do disposto no artigo 84º. Da Constituição da República Portuguesa, onde vêm especificamente elencados os bens do domínio público, pode dizer-se que as coisa pública são as expressamente submetidas por lei ao domínio público de uma pessoa coletiva de direito público e subtraídas ao comércio jurídico privado em razão da sua primacial utilidade coletiva. Assim os bens são dominiais – para além dos casos de domínio direto e imediato do público – por declaração da Constituição no referido artigo 84º. do CRP ou da lei ordinária por deferência daquela...”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Procurando por cobro a divergências jurisprudenciais e fora dos casos em que a lei definia expressamente a dominialidade pública dos bens, por acórdão do STJ de 19/4/1989, foi proferido o seguinte Assento, hoje com o valor de acórdão de uniformização de jurisprudência, que “são públicos os caminhos que, desde tempos imemoriais, estão no uso direto e imediato do público”. Nos termos desse Assento tornou-se desnecessária a aquisição ou produção, a administração ou conservação pelos órgãos públicos para que um caminho seja considerado público.-----

-----Posteriormente, a jurisprudência do STJ passou a perfilhar uma interpretação restritiva de tal Assento, no sentido de a publicidade dos caminhos exigir ainda a sua afetação à utilidade pública, ou seja, o uso dos caminhos visar a satisfação de interesses coletivos de certo grau ou relevância. Assim, quando se destinem apenas a fazer a ligação entre caminhos públicos por prédio particular, com vista ao encurtamento não significativo de distâncias, os caminhos devem classificar-se como atravessadouros.-----

-----Em suma, pode considerar-se que são dois os requisitos caracterizadores da dominialidade pública de um caminho: a) o uso direto e imediato do mesmo pelo público; b) a imemorialidade desse uso.-----

-----Estes requisitos da dominialidade pública são cumulativos, pressupondo sempre a sua afetação à utilidade pública, isto é, à satisfação de interesses coletivos. Ou seja, a qualidade de um caminho como público pode ter por fundamento: a) o seu uso direto e imediato pelo público, desde tempos imemoriais com o fim da satisfação de interesses coletivos relevantes, ou b) o facto de ser propriedade de uma entidade de direito público e estar afeto à utilidade pública.-----

-----Dos elementos disponíveis, nomeadamente, da informação prestada pelos requerentes “*a via existente é na realidade um caminho vicinal, de servidão florestal aos proprietários dos terrenos ali localizados*”, resultam indícios de não lhe poder ser atribuída a natureza de bem público.-----

-----Na realidade, conforme foi já salientado, o caminho para ser público terá, para além do uso



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

imemorial pelo publico em geral, de estar afeto à utilidade pública, ou seja, o uso do caminho terá de visar a satisfação de interesses coletivos de certo grau ou relevância O caminho em causa limita-se a constituir uma servidão florestal aos proprietários dos terrenos ali localizados, ou seja, não estarão em causa interesses coletivos nem satisfação de interesses coletivos, mas apenas dos proprietários dos terrenos ali localizados que utilizam esse acesso.-----

-----Por outro lado, por consulta dos Serviços resulta que não existe qualquer referência àquele “Caminho” na carta cadastral, conforme se verifica do extrato da carta militar que se junta com o local assinalado a vermelho. Não se põe em causa que exista um acesso naquele local. Não se pode concluir pelos elementos disponíveis que o mesmo revista natureza pública. Revestindo natureza particular, carece a Câmara Municipal de legitimidade para a requerida intervenção.-----

-----Mesmo que assim não fosse e a via revestisse a natureza de caminho público, a pretendida redução da largura de 6 para 5 metros implicaria a desafetação do domínio público de 1 metro de largura ao longo do trajeto.-----

----Ora nos termos do disposto no artigo 33º. nº.1 alínea qq) da Lei 75/2013 “*competete à câmara municipal ...administrar o domínio público municipal*”.-----

-----Porém acrescenta o artigo 25º. nº.1 alínea q) que “*competete à assembleia municipal, sob proposta da camara municipal... deliberar sobre a afetação e desafetação de bens do domínio público municipal*”. -----

-----Assim, sendo se o caminho em questão revestisse a natureza de caminho público, o que se admite apenas por hipótese, uma vez que todos os indícios são em sentido contrário, a competência para a desafetação do domínio público a parcela de terreno com a largura de 1 metro ao longo da via caberia à Assembleia Municipal.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade de acordo com o parecer do Assessor jurídico indeferir a pretensão por se tratar de um caminho privado.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.2.-PROCº. Nº. 04/2016/71 DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO, EM COMO O PREDIO URBANO INSCRITO SOB ARTº. Nº. 95 NA FREGUESIA DE ESPINHO, SITO NA RUA PRINCIPAL, NO PAINÇAL NÃO REÚNE CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º 04/2016/71, requerimento n.º 04/2016/835, em nome de Cilene Rosa Pereira, residente na Rua Principal, n.º.12, em Painçal, Freguesia de Espinho, Mortágua, a requerer na qualidade de cabeça de casal da herança de José Martins Cancela a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia de Espinho sob o artigo 95, sito na Rua Principal, n.º.35, no Painçal, Freguesia de Espinho, Mortágua, encontra-se em ruínas, não possuindo por isso condições mínimas de habitabilidade.-----

-----A Câmara, considerando o parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

9.3.-REQº. Nº. 20/2017 DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2015/229 DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO – SERRALHARIA CIVIL O (alínea b), n.º.1, artº.29º. RMUET):-----

-----Foi presente o requerimento registado sob o número 20/2017 da empresa António Manuel, Gonçalves & Filhos, Ldª., com sede na rua Dr. João Pais Carvalho Mamede, Vale de Açores 450-221 Mortágua, a requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor de mil trezentos e trinta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos (1.334,65 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2015/229 de alteração e ampliação de Serralharia Civil, sita rua Dr. João Pais Carvalho Mamede, Vale de Açores 3450-221 Mortágua.-----

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão à António Manuel, Gonçalves & Filhos, Lda., da isenção de pagamento de taxa no valor de pagamento da taxa no valor de mil trezentos e trinta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos (1.334,65 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2015/229 de alteração e ampliação de Serralharia Civil, sita rua na Dr. João Pais Carvalho Mamede, Vale de Açores 3450-221 Mortágua.-----

9.4.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DE NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os seguintes processos:-----

-----a) nº. 2017/01, requerimento 10. 2017.27 de Américo Martins Gomes, residente em Rua do Bairro Novo, nº. 37, Vale de Paredes, Sobral, Mortágua, a requerer, na qualidade de cabeça de casal da herança de Ermelinda Ferreira Martins, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Falcões, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 3317 com a área 0,9990 ha para efeitos de registo de escritura pública de partilha a favor de Fernanda Martins Gomes Almeida – um sexto (1/6); Maria Silvina Gomes – um sexto (1/6).-----

-----b) nº. 2017/02, requerimento 10. 2017.28 de Américo Martins Gomes, residente em Rua do Bairro Novo, nº. 37, Vale de Paredes, Sobral, Mortágua, a requerer, na qualidade de cabeça de casal da herança de Ermelinda Ferreira Martins, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Espinheiro, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 2469 com a área 0,1930 ha para efeitos de registo de escritura pública de partilha a favor de Daniel Martins Gomes – um meio ($\frac{1}{2}$) ; Otilia Martins Gomes – um meio ($\frac{1}{2}$).-----

-----c) nº. 2017/03, requerimento 10. 2017.29 de Américo Martins Gomes, residente em Rua do Bairro Novo, nº. 37, Vale de Paredes, Sobral, Mortágua, a requerer, na qualidade de cabeça de casal da herança de Ermelinda Ferreira Martins, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Valeiro da Cal , inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 2933 com a área 0,2000 ha para efeitos de registo de escritura pública de partilha a favor de Esmeraldo Martins Gomes – um meio ($\frac{1}{2}$); Maria Silvina Gomes – um meio ($\frac{1}{2}$).-----

-----d) nº. 2017/04, requerimento 10. 2017.30 de Américo Martins Gomes, residente em Rua do Bairro Novo, nº. 37, Vale de Paredes, Sobral, Mortágua, a requerer, na qualidade de cabeça de casal da herança de Ermelinda Ferreira Martins, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Ferraria, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 2368 com a área 0,300 ha para efeitos de registo de escritura pública de partilha a favor de Angela Isabel Oliveira Gomes – um meio ($\frac{1}{2}$); Maria Laurinda Gomes Duarte- um meio($\frac{1}{2}$).-----

-----e) nº. 2017/05, requerimento 10. 2017.31 de Américo Martins Gomes, residente em Rua do Bairro Novo, nº. 37, Vale de Paredes, Sobral, Mortágua, a requerer, na qualidade de cabeça de casal da herança de Ermelinda Ferreira Martins, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Porcas, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 3330 com a área 3,000000 ha para efeitos de registo de escritura pública de partilha a favor de Fernanda Martins Gomes Almeida – um meio ($\frac{1}{2}$); Otilia Martins Gomes – um meio ($\frac{1}{2}$).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----f) nº. 2017/06, requerimento 10. 2017.32 de Américo Martins Gomes, residente em Rua do Bairro Novo, nº. 37, Vale de Paredes, Sobral, Mortágua, a requerer, na qualidade de cabeça de casal da herança de Ermelinda Ferreira Martins, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Portela, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 2974 com a área 0,4200 ha para efeitos de registo de escritura pública de partilha a favor de Américo Martins Gomes- um sexto (1/6); Fernanda Martins Gomes Almeida - um sexto (1/6); Otilia Martins Gomes - um sexto (1/6); Daniel Martins Gomes - um sexto (1/6); 1/6; de Angela Isabel Oliveira Gomes - um sexto (1/6); um sexto (1/6); Maria Laurinda Gomes Duarte- um sexto (1/6); -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Município.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----